

A EMERGÊNCIA DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO DISCURSO CATÓLICO

THE EMERGENCY OF “GENDER IDEOLOGY” IN CATHOLIC DISCOURSE

Amanda da Silva

Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná

Pesquisadora do Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (LABIN)

Maria Rita de Assis César

Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPR

Coordenadora do LABIN (CNPq/UFPR)
e-mail: mritacesar@yahoo.com.br

“Ideologia de gênero” e a Conferência Episcopal Peruana

Um dos discursos mais correntes nas bases conservadoras que defendem a retirada de termos ligados ao gênero e à orientação sexual dos Planos de Educação, embasa-se no que alguns políticos têm chamado de “ideologia de gênero”¹. Esses setores ultraconservadores unidos a diversos grupos religiosos colocam seus alvos de ataque nos movimentos sociais e nas produções acadêmico-científicas que defendem questões referentes às populações historicamente excluídas. Esse processo de ataque e de desqualificação das demandas LGBT é facilitado, uma vez que tanto os movimentos sociais quanto os grupos acadêmicos sofrem com disputas internas. Por sua vez, os grupos conservadores apresentam um discurso unificado: através de dogmas e posições religiosas eles dizem que prezam pela proteção da família – aquela família nuclear, consagrada no matrimônio e no arranjo pai, mãe e filhos – e que por meio de projetos e políticas públicas para diversidade (principalmente as no âmbito

¹ Por entender que esse meta-conceito (CÉSAR, 2016) foi produzido para deslegitimar os estudos de gênero e as demandas do movimento LGBT, a expressão “ideologia de gênero” será sempre grafada entre aspas.

educacional) se tem imposto às crianças uma ideologia baseada em princípios antinaturais e antifamiliares. Ou seja, o que tem sido chamado de “ideologia de gênero” nada mais é do que um ato antidemocrático, que fere a laicidade do Estado e tenta deslegitimar toda uma área de conhecimento reconhecida e relevante para as práticas educacionais.

Nesse sentido, a primeira referência, em um documento oficial, ao termo ideologia ligado ao conceito de gênero, aparece em 1998 em uma nota intitulada “*La ideologia de género: sus peligros y alcances.*”² emitida na Conferência Episcopal do Peru. O documento é dividido em onze tópicos e ao longo de suas dezesseis páginas discorre sobre a existência de uma natureza humana, originada em uma lei natural completamente imutável, criada por Deus e comprovada cientificamente pela biologia, demonstrando como os “defensores de uma ideologia de gênero” promovem uma desconstrução da família, da educação, da cultura e da religião. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998). Segundo eles, esse movimento ideológico dominou os Estados Unidos da América e tem alcançado os países menos desenvolvidos, o que acaba afetando a população. A carta traz o argumento de que por falta de informação as pessoas podem não compreender os perigos e os alcances desse movimento a favor do gênero. O que seria comprovado, por exemplo, com a grande quantidade de materiais educativos que abordam esse tema e têm sido difundidos em colégios e universidades de prestígio. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998).

Além disso, o documento aponta a IV Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995 em Pequim na China, como o lançamento de uma forte campanha de convencimento e difusão do que eles chamam de uma nova “perspectiva de gênero”. A direção da conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu que o conceito de gênero permitiu “passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação.” (ONU, 1995). Frente a essa definição do conceito de gênero, a nota peruana passa, a todo o momento, a reforçar a existência de um homem e de uma mulher naturais que apresentariam, respectivamente, uma essência masculina e outra feminina. Nesse caminho, gênero seria outra forma,

² “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. Para uma análise mais aprofundada deste documento ver (COELHO; SANTOS, 2016).

“uma maneira mais educada” de dizer sexo. Ou seja, gênero é entendido por eles como sinônimo de um sexo exclusivamente biológico.

Para os apaixonados defensores da “nova perspectiva”, não se devem fazer distinções porque qualquer diferença é suspeita, má, ofensiva. Dizem ainda que toda diferença entre o homem e a mulher é construção social e, por conseguinte, precisa ser alterada. Buscam estabelecer uma igualdade total entre homem e mulher sem considerar as naturais diferenças entre ambos, especialmente as diferenças sexuais; mais ainda, relativizam a noção de sexo de tal maneira que, segundo eles, não existiriam dois sexos, mas sim muitas “orientações sexuais”. Com efeito, os mencionados promotores do “gênero” não encontraram melhor opção do que declarar guerra à natureza e às opções da mulher. No entanto, é evidente que nem toda diferença é má, nem muito menos irreal. Tanto o homem quanto a mulher – criados à imagem e semelhança de Deus – têm suas próprias particularidades naturais que devem ser colocadas à serviço do outro, para alcançar um enriquecimento mútuo. Isto – claro está – não significa que os recursos pessoais da feminilidade sejam menores que os recursos da masculinidade; apenas significa que são diferentes. [...] Não obstante, diante da evidência de que estas diferenças são naturais, os promotores da “nova perspectiva” não questionam suas teorias, preferindo mais atacar o conceito de natureza. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*).

Já no primeiro tópico desta nota fica claro que, desde o início, esse movimento conservador se constituiu de uma forma muito bem organizada e planejada, uma vez que eles listam conceitos específicos da área dos estudos de gênero – como hegemonia, desconstrução, patriarcado, heterossexualidade compulsória, orientação sexual e homofobia – para alertar a população de que a utilização dessas palavras está ligada a essa “nova perspectiva de gênero” que, segundo eles, é contra a natureza. Eles ainda conhecem, de maneira detalhada, os programas de estudos feministas de colégios e universidades norte americanas e seus textos-base. Além disso, entram em contato, estudam e até chegam a citar, produções acadêmicas como *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* de Judith Butler (2013), *Compulsory heterosexuality and lesbian existence* de Adrienne Rich (1993), entre muitas outras, para atrelar o que eles têm chamado de uma “nova perspectiva de gênero” a uma agenda feminista que, segundo eles, não teria a intenção de melhorar a situação da mulher e sim de separá-la do homem, fazendo-a crer que seus interesses são incompatíveis com os de sua família.

Esse movimento fica mais perceptível quando a nota traz a discussão de ideias como natureza e papéis socialmente construídos. Para eles, os promoto-

res dessa “nova perspectiva” estariam utilizando o termo papéis para distorcer as discussões, mas o que pode ser percebido nessa passagem é uma lógica – adaptada aos interesses de quem se coloca contra ao que tem sido chamado de “ideologia de gênero” – semelhante à utilizada por Judith Butler (2013) no conceito de performatividade.

“papel” se define primariamente como parte de uma **produção teatral na qual uma pessoa, especialmente vestida e maquiada, representa um personagem** conforme um roteiro escrito. O emprego do termo “papel” ou da expressão “papéis desempenhados” transmite necessariamente a sensação de **algo artificial que é imposto a uma pessoa**. Quando se substitui “papel” por outro vocábulo – tal como “vocação” – põe-se de manifesto como o termo “papel” afeta nossa percepção de identidade. Vocação envolve algo autêntico, não artificial, um chamado para ser o que somos. Respondemos à nossa vocação para realizar nossa natureza ou desenvolver nossos talentos e capacidades inatos. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*, grifos meus).

Para demonstrar a diferença entre os vocábulos “papel” e “vocação” a nota traz o exemplo da maternidade. Segundo eles a mulher não representa o papel de mãe, ela é uma mãe. Uma vez que a maternidade é uma vocação feminina, onde a tradição e a cultura exercem certo tipo de influência sobre a relação mãe-filho e sobre o modo como a mulher cumpre as responsabilidades colocadas pela maternidade, mas de nenhum modo essas duas instâncias criam mães, já que a maternidade é uma capacidade inata da mulher. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998).

Mais adiante, a nota, apoiada em Dale O’Leary³, faz uma diferenciação

³ Nascida em 1941 Daele O’Leary é uma escritora e jornalista norte americana amplamente citada por fundamentalistas brasileiros. Dentre suas publicações destacam-se dois livros: “*One Man, One Woman: A Catholic’s Guide to Defending Marriage*” e “*The Gender-Agenda: Redefining Equality*”, onde ela lista cinco princípios que guiam os “ideólogos de gênero”, são eles: a abolição das diferenças entre homens e mulheres e a abolição da maternidade em tempo integral; acesso livre a contraceptivos, ao aborto e promoção do comportamento homossexual; educação sexual para crianças e jovens e abolição dos direitos dos pais sobre seus filhos; obrigação de emprego lucrativo para todas as mulheres; desprezo da religião. Ela ainda aponta que os “ideólogos de gênero” estão firmemente presentes nas universidades e no governo e que uma batalha pelo senso comum poderia ter sido facilitada se o perigo dessa ideologia tivesse sido descoberto mais cedo. Para ela “Os ideólogos de gênero promovem a ideia de que todas as diferenças são construções sociais artificiais que podem e devem ser eliminadas para que homens e mulheres possam participar de todas as atividades sociais em números estáticos iguais. A realidade biológica feminina ou masculina não deve ter nenhum reconhecimento social. Assim, a primeira demanda dos ideólogos de gênero foi o acesso ilimitado ao aborto, uma vez que o peso da gravidez cai apenas sobre a mulher (o aborto permite que homens e mulheres façam sexo sem levar em conta uma criança).

entre um “feminismo da igualdade” e um “feminismo de gênero/feminismo radical”, onde o primeiro estaria ligado à uma crença de igualdade legal e moral entre sexos e o segundo pregaria a ideia de que a mulher está presa a um sistema patriarcal de opressões.

as “feministas do gênero” consideram que quando a mulher cuida de seus filhos no lar e o marido trabalha fora de casa, as responsabilidades são diferentes e, portanto, não igualitárias. Então vêem esta “desigualdade” no lar como causa de “desigualdade” na vida pública, já que a mulher - cujo interesse primário é o lar - nem sempre tem tempo e energia para se dedicar à vida pública. [...] Ademais, as “feministas do gênero” insistem na desconstrução da família não só porque - segundo elas - escraviza a mulher, mas ainda porque condiciona socialmente os filhos para que aceitem a família, o matrimônio e a maternidade como algo natural. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*).

Aqui é importante esclarecer que essa comparação realizada ao feminismo radical está ligada à segunda onda do feminismo dos anos 60/70 e não ao feminismo TERF (*Trans-exclusionary radical feminism*) ou *radical feminism* (RadFem).⁴ Nesse sentido, uma primeira onda do feminismo, que abrange o final do século XIX e boa parte do século XX, é caracterizada pelo movimento sufragista (mulheres lutando pelo direito de votar).

A próxima demanda foi a redefinição do casamento, assim a diferença não sexual não deveria importar e dois homens ou duas mulheres poderiam chamar seus relacionamentos de casamento. Apesar das evidências contrárias, os ideólogos insistem que as crianças não precisam de uma mãe e de um pai. Recentemente, tem se dito que a biologia deve ser irrelevante e que um homem, que faça ou não faça alterações cirúrgicas, pode decidir que ele é uma mulher e usar banheiros e vestiários femininos. Não espere consistência lógica daqueles que começam negando a realidade.” (tradução minha) para saber mais acessar: < <https://goo.gl/J3akUt>> acesso em 15 Abr 2017.

⁴ Langnor (2017) faz um panorama histórico da constituição do movimento feminista retratando contextos políticos brasileiros e estrangeiros que demonstraram a união das lutas das mulheres. Nesse percurso, a autora mostra como o movimento feminista universitário contemporâneo (no contexto da Universidade Federal do Paraná) encontra conexões temporais e espaciais com a história do movimento feminista e, ao mesmo tempo, se distancia de algumas características e pautas anteriores, o que faz surgir novas práticas feministas e outras formas de organização. Essas novas práticas deram origem a várias vertentes como o feminismo radical, o feminismo interseccional, o feminismo liberal... Desta maneira, por meio de entrevistas aos coletivos feministas universitários, a autora identificou que a transexualidade – além da classe e da aceitação de homens – é um dos elementos centrais de divisão entre os grupos: “[...] seja quando da formação inicial do grupo, em que as participantes iniciam um novo grupo porque querem incluir a transexualidade como uma das pautas fundantes em sua organização, ou, a posteriori, quando o grupo já formado se divide por divergências quanto à aceitação da transexualidade como pauta. Neste caso, o coletivo ou grupo permanece interseccional e algumas participantes deixam de compô-lo e passam a buscar outros grupos que não incluam a transexualidade”. Esse grupo que exclui mulheres trans* é conhecido também pela sigla em inglês TERF (*Trans-exclusionary radical feminism*).

Já na segunda onda do feminismo, por volta dos anos 60 e 70, começa a surgir o feminismo radical com o objetivo de se diferenciar de um feminismo que estava voltado às mulheres brancas, de classe média e heterossexuais. As mulheres dessa época faziam a crítica a uma identidade muito bem definida do feminismo e a um essencialismo da categoria mulher, uma vez que essa substancialização do feminismo, esse sujeito do feminismo não as representava. Nesse momento o sujeito mulher começa a ser fragmentado, o horizonte do ser mulher é multiplicado, surge o feminismo negro, lésbico e latino.

Já em uma terceira onda do feminismo, com Judith Butler e outras diversas autoras, a identidade mulher é colocada em questão. Em outras palavras, em um primeiro momento tem-se o ser mulher como algo dado, em um segundo momento acontece uma multiplicação desse ser mulher e, em um terceiro momento, – com Judith Butler e posteriormente prolongamentos com a teoria *queer* – o ser mulher começa a ser algo sujeito a questionamentos. Recentemente, pós Judith Butler e pós teoria *queer*, há a constituição de um conjunto de feministas que é profundamente contrário ao questionamento que desessencializou o ser mulher. É uma espécie de feminismo que propõe a volta de um essencialismo e de uma constituição do sujeito, onde o ser mulher é tão essencial que a mulher trans*⁵ não é reconhecida por esses coletivos. Essas “novas feministas radicais” se apropriam de um arcabouço teórico produzido pelas feministas dos anos 60 e 70 para justificar seus posicionamentos, e, por esse motivo é muito importante esclarecer esses dois sentidos da palavra radical quando ela vem acompanhada do feminismo. (LANGNOR, 2017)

Assim, para a nota, as “feministas de gênero” teriam o objetivo de desconstruir a sociedade em cinco pontos principais: a masculinidade e a feminilidade, as relações familiares, as ocupações e as profissões, a reprodução humana e a educação. A partir dessa ideia, a agenda dessas feministas teria como ponto essencial a promoção da livre decisão em dois assuntos: a reprodução e o estilo de vida. Onde o primeiro seria a expressão chave para

⁵ Por mais que o termo trans*, com asterisco no final, ainda preserve relações com as políticas identitárias, ele tem a intenção de ser menos excludente e mais fluído, surgindo como um termo guarda-chuva que abarca as identificações de gênero que não se enquadram na compulsoriedade do sistema sexo-gênero. Para saber mais consultar: <<http://transfeminismo.com/>> Acesso em: 27 out. 2015.

o aborto e o segundo estaria ligado à promoção das sexualidades fora do matrimônio, como o lesbianismo e a homossexualidade. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998). Essa agenda impulsionalista, então, o direito de casais de lésbicas a conceberem filhos por meio de inseminação artificial e a adotar legalmente os filhos de suas parceiras. Deste modo, as feministas de gênero “[...] não apenas propõem estes tipos de aberrações como também defendem o “direito à saúde” que, para o bem da verdade, se afasta por completo da verdadeira saúde do ser humano.” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*). Ainda segundo a nota, esses novos direitos propostos pelas “feministas de gênero” promoveriam o aborto de um ser humano não nascido e, sobretudo, o direito de determinação da identidade sexual. Para eles,

Isto é mais preocupante ainda quando se leva em conta que para as “feministas do gênero” existem cinco sexos. [...] A “liberdade” dos promotores do “gênero” para afirmar a existência de cinco sexos contrasta com todas as provas científicas existentes, segundo as quais somente existem duas opções a partir do ponto de vista genético: ou se é homem ou se é mulher; não há absolutamente nada, cientificamente falando, que esteja no meio. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*).

Assim, no que diz respeito a esse documento, o “feminismo de gênero/radical” é apontado como um sistema fechado que não aceita argumentações, uma vez que “não se pode apelar para a natureza, nem para a razão, nem para a experiência ou para as opiniões e desejos de mulheres verdadeiras porque segundo as feministas de gênero tudo isto é “socialmente construído”.” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*). Esse feminismo teria, ainda, influências do Marxismo, porém, o foco se deslocaria dos problemas econômicos para atacar a família e a natureza, com o objetivo de desconstruir a sociedade e a educação e “impulsionar a agenda homossexual-lésbica-bissexual-transsexual e não os interesses das mulheres comuns e correntes”. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*). Fica claro aqui, que esse feminismo definido por eles como um “feminismo de gênero” forma a base do que eles têm chamado de “ideologia de gênero”, e que a “falta de informação das pessoas” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*) tem sido usada como justificativa para espalhar cada vez mais ódio contra aqueles que não seguem os considerados bons padrões cristãos.

Outras referências

O catolicismo apresenta forte influência no que diz respeito à construção de uma ideia de “ideologia de gênero” através de princípios surgidos já desde a publicação da Carta Encíclica *Humanae Vitae*, em 25 de Julho de 1968 pelo Papa Paulo VI, que trazia a postura da igreja em relação a algumas medidas ligadas à sexualidade humana. Dentre essas medidas, destacavam-se o aborto, a esterilização e os métodos artificiais de contracepção. Para isso, esse documento considerava que o amor conjugal deveria ser fiel, total e exclusivamente fecundo, uma vez que “a Igreja ensina que qualquer ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida.” (PAULO VI, 1968, *online*), já que “o matrimônio e o amor conjugal estão por si mesmos ordenados para a procriação e educação dos filhos” (PAULO VI, 1968, *online*). Por mais que essas questões já tivessem sido abordadas anteriormente na Encíclica *Casti Connubii* (escrita pelo Papa Pio XI em 1930), em pronunciamentos do Papa Pio XII e na Encíclica *Mater et Magistra* (escrita pelo Papa João XXIII em 1961), foi apenas na carta *Humanae Vitae* que se instituiu, além de um método para lidar com as questões da sexualidade, uma visão de família formada por um homem e uma mulher e que incluía, necessariamente, filhos.

Com essas influências, o pontificado do Papa São João Paulo II foi marcado por diversas investidas no campo da sexualidade, dentre elas podemos destacar a carta Encíclica *Evangelium Vitae* e a criação da Jornada Mundial da Juventude. A primeira tratava do valor da vida humana, versava especialmente sobre a dignidade do embrião, que, segundo o documento, deveria ser protegido em sua total integridade desde os primeiros minutos de sua existência, visto que ao se reivindicar o direito ao aborto, a liberdade humana ganhava um significado perverso, dando lugar a um poder absoluto sobre os outros e contra os outros, o que se constituía em uma morte da verdadeira liberdade. Ou seja, tratava do embate entre o que o Papa denominou de “cultura da vida” e “cultura da morte” (JOÃO PAULO II, 1995).

Já a Jornada Mundial da Juventude é um evento, criado em 20 de dezembro de 1985, que acontece até os dias de hoje em cidades escolhidas pelo Papa. Esse evento pode ser considerado um trabalho de evangelização dos jovens com objetivo de conquistar novas gerações de católicos. A edição de 2013 da Jornada Mundial da Juventude foi sediada no Brasil e conduzida

pelo Papa Francisco. Nessa ocasião foram distribuídos, a todos os participantes inscritos, um manual de bioética⁶ – elaborado pela fundação francesa Jérôme Lejeune e aprovado pela Comissão Nacional da Pastoral Familiar da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – que, em seu conteúdo, condenava o aborto, o uso da pílula anticoncepcional, a inseminação artificial, a eutanásia, a adoção de crianças por casais do mesmo gênero e a “ideologia de gênero”.

Ainda em 2013, a Conferência Episcopal Portuguesa emitiu uma Carta Pastoral, intitulada “A propósito da ideologia do gênero” que trazia ideias centrais para a constituição do discurso em torno dos perigos da “ideologia de gênero”.

Difunde-se cada vez mais a chamada ideologia do gênero ou *gender*. Porém, nem todas as pessoas disso se apercebem e muitos desconhecem o seu alcance social e cultural, que já foi qualificado como verdadeira revolução antropológica. Não se trata apenas de uma simples moda intelectual. Diz respeito antes a um movimento cultural **com reflexos na compreensão da família, na esfera política e legislativa, no ensino, na comunicação social e na própria linguagem corrente**. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2013, *online*, grifos meus).

Por mais que o documento também apresente a ideia de que a “ideologia de gênero” tem se aproveitado da desinformação das pessoas sobre o real significado do gênero para disseminar seus ideais que ameaçam as crianças, a família e a instituição matrimonial, ele traz deslocamentos importantes. O primeiro diz respeito ao uso da linguagem, que ainda não tinha sido abordado em documentos anteriores:

Vem-se generalizando, a começar por documentos oficiais e na designação de instituições públicas, a expressão *gênero* em substituição de *sexo* (*igualdade de gênero*, em vez de *igualdade entre homem e mulher*), tal como a expressão *famílias* em vez de *família*, ou *parentalidade* em vez de *paternidade e maternidade*. Muitas pessoas passam a adotar estas expressões por hábito ou moda, sem se aperceberem da sua conotação ideológica. Mas a generalização destas expressões está longe de ser inocente e sem consequências. Faz parte de uma estratégia de afirmação ideológica, que compromete a inteligibilidade básica de uma pessoa, por vezes, tendo consequências dramáticas: incapacidade de alguém se situar e definir no que tem de mais elementar. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2013, *online*, grifos do autor).

⁶ Disponível em: < <https://goo.gl/EQChrN>> Acesso em 06 Abr 2017.

O segundo deslocamento é trazer como principal ponto de preocupação as legislações que, para eles, tem permitido que a “ideologia de gênero” se dissemine e ganhe força, inclusive, no ensino:

Os planos político e legislativo são âmbitos de penetração da ideologia do gênero, que atinge os centros de poder nacionais e internacionais. Da agenda fazem parte as leis de redefinição do casamento de modo a nelas incluir uniões entre pessoas do mesmo sexo (entre nós, a Lei nº 9/2010, de 31 de maio), as leis que permitem a adoção por pares do mesmo sexo (em discussão entre nós, na modalidade de co-adoção), as leis que permitem a mudança do sexo oficialmente reconhecido, independentemente das características fisiológicas do requerente (Lei nº 7/2011, de 15 de março), e as leis que permitem o recurso de uniões homossexuais e pessoas sós à procriação artificial, incluindo a chamada maternidade de substituição (a Lei nº 32/2006, de 26 de julho, não contempla a possibilidade referida). Outro âmbito de difusão da ideologia do gênero é o do ensino. Este é encarado como um meio eficaz de doutrinação e transformação da mentalidade corrente e é nítido o esforço de fazer refletir na orientação dos programas escolares, em particular nos de educação sexual, as teses dessa ideologia, apresentadas como um dado científico consensual e indiscutível. Esta estratégia tem dado origem, em vários países, a movimentos de protesto por parte dos pais, que rejeitam esta forma de doutrinação ideológica, porque contrária aos princípios nos quais pretendem educar os seus filhos. Entre nós, a Portaria nº 196-A/2010, de 9 de abril, que regulamenta a Lei nº 60/2009, de 6 de agosto, relativa à educação sexual em meio escolar, inclui, entre os conteúdos a abordar neste âmbito, sexualidade e gênero. (CONFÉ- RÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2013, *online*).

A importância da linguagem, percebida por eles já nesse momento, vai ser fundamental para a valorização e aceitação dos discursos que marcaram as justificativas de retirada dos termos ligadas ao gênero no contexto de aprovação dos Planos de Educação no Brasil. Desse modo, mais adiante, a carta continua a trazer as ideias de uma natureza biológica dos sexos, da família (no singular) como célula básica que conduz a vida e da realização plena por meio da comunhão do matrimônio, alegando que a “ideologia de gênero”

nega que a diferença sexual inscrita no corpo possa ser identificativa da pessoa; recusa a complementaridade natural entre os sexos; dissocia a sexualidade da procriação; sobrepõe a filiação intencional à biológica; pretende desconstruir a **matriz heterossexual** da sociedade (a família assente na união entre um homem e uma mulher deixa de ser o modelo de referência e passa a ser um entre vários). (CONFÉ- RÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2013, *online*, grifos meus).

Essa ideia da complementariedade entre o homem e a mulher na instituição matrimonial apresenta muita semelhança com os argumentos trazidos no documento do Conselho Pontifício para a Família, intitulado “Família, matrimônio e uniões de fato”, publicado em 2000. Para esse documento a “ideologia de gênero” é sustentada pelo feminismo e tem um poder desestruturador do matrimônio. (VATICANO, 2000). Este documento utiliza, ainda, um termo importante – que foi perseguido e excluído da redação dos Planos de Educação – a identidade de gênero (ou identidade genérica em algumas traduções).

A partir da década 1960 a 1970, certas teorias (que hoje os expertos costumam qualificar como “construcionistas”), sustentam não somente que a identidade genérica sexual (“gender”), seja o produto de uma interação entre a comunidade e o indivíduo mas que também esta identidade genérica seria independente da identidade sexual pessoal, ou seja, que os gêneros masculino e feminino da sociedade seriam um produto exclusivo de fatores sociais sem relação com verdade alguma da dimensão sexual da pessoa. Deste modo, qualquer atitude sexual resultaria como justificável, inclusive a homossexualidade, e a sociedade é que deveria mudar para incluir junto ao masculino e ao feminino, outros gêneros, no modo de configurar a vida social. Diversas teorias construcionistas sustentam hoje em dia concepções diferentes sobre o modo de como a sociedade teria - a seu parecer - que mudar adaptando-se aos distintos “gender” (pense-se por exemplo na educação, saúde, etc.). Alguns admitem três gêneros, outros cinco, outros sete, outros um número distinto de acordo com diversas considerações. (VATICANO, 2000, online).

Seffner (2016) já assinalava que ao rastrear falas e documentos do movimento contrário à “ideologia de gênero” era possível perceber essa centralidade da identidade de gênero, que seria “tomada pelos atores sociais desse movimento como uma “invenção” de educadores progressistas/feministas no sentido de fazer crer que o gênero “é algo escolhido”.” (SEFFNER, 2016, p.08). Por mais que Seffner (2016) esteja se referindo aos movimentos conservadores que tomaram o cenário brasileiro atualmente, é exatamente esta ideia que está presente no documento do Conselho Pontifício para a Família: a identidade de gênero se configura como uma ameaça ao matrimônio porque destrói a base de constituição da família, ou seja, desconstrói a ideia de que o ser homem ou mulher é um dado natural, dando espaço para que se entenda as uniões heterossexuais e homossexuais com igual valor (VATICANO, 2000).

Nesse caminho, as uniões de fato (uniões estáveis) estariam insistindo em um reconhecimento institucional e na equiparação com as famílias nascidas de um compromisso matrimonial, o que acarretaria uma deterioração da instituição familiar. (VATICANO, 2000). Dessa maneira, seria incongruente atribuir uma realidade conjugal à união entre pessoas do mesmo sexo, uma vez que seria impossível “fazer frutificar o matrimônio mediante a transmissão da vida, segundo o projeto inscrito por Deus na própria estrutura do ser humano” (VATICANO, 2000, *online*), além disso, “as uniões de fato entre homossexuais constituem uma deplorável distorção do que deveria ser a comunhão entre um homem e uma mulher [...] que se abrem à geração da vida.” (VATICANO, 2000, *online*).

Assim, segundo o documento, não é possível constituir uma “verdadeira família” entre dois homens ou duas mulheres, além de ser um grave erro equiparar o sagrado matrimônio às relações homossexuais ou permitir que estes adotem crianças. Só o matrimônio pode ser qualificado como uma relação de casal, já que “implica a diferença sexual na dimensão conjugal, na capacidade do exercício da paternidade e da maternidade. A homossexualidade, é evidente, não pode representar esse conjunto simbólico” (VATICANO, 2000, *online*), isso, contudo, “[...] não supõe discriminar de modo algum essas pessoas. É o próprio bem comum da sociedade a exigir que as leis reconheçam, favoreçam e protejam a união matrimonial com base na família que se viria deste modo prejudicada”. (VATICANO, 2000, *online*).

Seguindo o mesmo caminho, o Papa Francisco já realizou diversos pronunciamentos sobre a “ideologia de gênero”. Em sua exortação apostólica “*Amoris Laetitia*” ele discorre sobre os desafios que se colocam atualmente frente à família e ao matrimônio,

Outro desafio surge de várias formas duma ideologia genericamente chamada gender, que nega a diferença e a reciprocidade natural de homem e mulher. Prevê uma sociedade sem diferenças de sexo, e esvazia a base antropológica da família. **Esta ideologia leva a projectos educativos e directrizes legislativas** que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afectiva radicalmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher. A identidade humana é determinada por uma opção individualista, que também muda com o tempo. **Preocupa o facto de algumas ideologias deste tipo, que pretendem dar resposta a certas aspirações por vezes compreensíveis, procurarem impor-se como pensamento único que determina até mesmo a educação das**

crianças. É preciso não esquecer que sexo biológico (sex) e função sociocultural do sexo (gender) podem-se distinguir, mas não separar. Por outro lado, a revolução biotecnológica no campo da procriação humana introduziu a possibilidade de manipular o acto generativo, tornando-o independente da relação sexual entre homem e mulher. Assim, a vida humana bem como a paternidade e a maternidade tornaram-se realidades componíveis e decomponíveis, sujeitas de modo prevalectente aos desejos dos indivíduos ou dos casais. Uma coisa é compreender a fragilidade humana ou a complexidade da vida, e outra é aceitar ideologias que pretendem dividir em dois os aspectos inseparáveis da realidade. Não caímos no pecado de pretender substituir-nos ao Criador. Somos criaturas, não somos onipotentes. A criação precede-nos e deve ser recebida como um dom. Ao mesmo tempo somos chamados a guardar a nossa humanidade, e isto significa, antes de tudo, aceitá-la e respeitá-la como ela foi criada. (FRANCISCO, 2016, *online*, grifos do autor).

Nessa mesma vertente bio-religiosa, o Arcebispo Ucrainiano Sviatoslav Shevchuk escreveu, em nome do Sínodo dos Bispos de Kiev, a encíclica *“Concerning the Danger of Gender Ideology”*⁷, publicada em inglês em Dezembro de 2016 e amplamente difundida na Europa. A encíclica traz a “teoria de gênero” e a “ideologia de gênero” como sinônimos e é dividida em quatro pontos: “dignidade humana nos planos de Deus”, “o conceito de gênero”, “resultados destrutivos da ideologia de gênero”, “proclamando a verdade de cristo no contexto de uma ideologia de gênero em expansão”.

Inicialmente a carta coloca uma única diferença entre o que ele chama de “teoria de gênero” e o regime soviético do século XX. Para o autor, esse movimento só não é acompanhado de uma perseguição aberta e sangrenta, como acontecia no regime soviético, mas se faz através de meios ideológicos ocultos para destruir a fé, a moral cristã e os valores humanos universais. Segundo a carta, a “teoria de gênero” seria uma ameaça significativa e causaria uma perturbação altamente perigosa às relações humanas e à comunicação interpessoal, uma vez que se utilizaria de desculpas como a de afirmar a dignidade humana, de alcançar a igualdade entre as pessoas e de defender o direito à liberdade, para encobrir seu verdadeiro propósito de destruir a percepção da sexualidade humana como um dom de Deus, que está ligada, naturalmente, às diferenças biológicas entre homem e mulher. Como consequência disso, as

⁷ “Sobre o perigo da ideologia de gênero”. Versão completa em inglês disponível em: <<https://goo.gl/LRKfQp>> Acesso em 02 Mai 17.

categorias morais de dignidade humana e liberdade estariam sofrendo uma manipulação e seus verdadeiros significados seriam descolados e distorcidos. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). O Arcebispo ainda diz que essa “teoria ateísta” emprega esforços de uma forma muito ativa, sistemática e pensativa, utilizando slogans populistas e a conveniência política para esconder seu propósito e sua verdadeira natureza do público.

Em seu primeiro tópico “dignidade humana nos planos de Deus” a carta discorre sobre um encontro divino que precedeu a criação da pessoa humana a partir das palavras de Deus de fazer o homem a sua imagem e semelhança. Nesse sentido o casamento é entendido como o momento onde homem e mulher passam a ser uma só carne, ou seja, tornam-se a imagem de Deus. A representação da história da criação de Eva a partir da costela de Adão é utilizada para demonstrar que cada um dos dois sexos é uma imagem do poder de Deus e que eles se completam fisicamente, psicologicamente e espiritualmente. Assim, a sexualidade é entendida como um dom de ser homem ou mulher que é dado por Deus – e não por uma escolha humana – durante a criação, cobrindo todas as dimensões naturais da existência humana, sendo elas o corpo, a alma e o espírito. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). Nesse entendimento, a sexualidade só pode ser compreendida à luz do amor cristão que se estabelece no matrimônio onde “um homem e uma mulher abrem-se a Deus através do amor mútuo, que se torna o fundamento de sua união, fidelidade e fecundidade indissolúveis.” (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*). Nesse caminho, “explorações egoístas” de se obter prazer sexual, deformariam a essência da alma humana. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016).

O segundo tópico, ao tratar do conceito de gênero, afirma que a causa de problemas como a degradação da sociedade, a violação de direitos e a condição prévia de homens sobre mulheres para a violência sexual na família e fora dela, não reside na diferença biológica entre os sexos, mas sim na percepção distorcida que se tem da sexualidade atualmente. Para o Arcebispo, visões como a “ideologia de gênero”, que são contrárias à fé cristã e a lei natural, têm formado sua base na distinção entre sexo biológico e gênero, onde o primeiro seria dado à pessoa desde a sua concepção e o segundo seria uma escolha pessoal de um comportamento sexual. Ele afirma que a “ideologia de gênero” insiste que uma pessoa tem toda a liberdade de escolher e implementar sua identidade sexual, independentemente de seu sexo biológico. Como conse-

quência, a identidade de gênero não é mais considerada um dom de Deus, abandona-se o gênero feminino e masculino em favor de uma ampla e livre autoidentificação, que é muitas vezes causada por influência social. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). A carta ainda traz a ideia de que a “ideologia de gênero” propiciou a noção de que o papel público do homem e da mulher não é mais necessário: como o gênero é totalmente separado do sexo biológico ele pode ser determinado por quaisquer diferenças de comportamento, de características ou de desejo sexual, uma vez que a pessoa humana é entendida como um tipo de “liberdade incorpórea” que constrói sua própria identidade e sua fisicalidade em termo sexuais, (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). Assim, a pessoa pode escolher um gênero que corresponda a seu sexo biológico, ou um completamente diferente. Segundo a encíclica, para os “ideólogos de gênero” existe a possibilidade de não limitar o sexo biológico ao homem e à mulher ou até mesmo aos papéis sociais do homem e da mulher, e sim de escolher o gênero entre infinitas possibilidades, já que ele é entendido como uma dinâmica que pode ser mudada repetidamente ao longo da vida. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). O autor alerta para o fato de que uma separação e uma oposição entre sexo e gênero são perigosas, primeiro porque distorce os fundamentos tradicionais de uma sociedade baseada nas leis natural e divina, e segundo porque essa ideologia tem sido imposta agressivamente à opinião pública, introduzida em legislações e na educação.

No terceiro tópico são destacados sete pontos que demonstram os resultados destrutivos da “ideologia de gênero”. O primeiro, trazendo uma citação do Papa Bento XVI, diz que o objetivo da “teoria de gênero” é a negação completa da natureza humana e da lei moral natural, o que leva a uma destruição do conceito de identidade humana. O segundo traz a ideia de que a “ideologia de gênero” em primeiro lugar nega a existência de seres humanos criados como homens e mulheres e, em segundo lugar de que Deus não é o criador do ser humano, mas cada pessoa se constitui como sua própria criadora. O terceiro ponto fala que a “ideologia de gênero” nega a existência de uma natureza humana, a complementariedade do homem e da mulher, os valores do matrimônio e a existência de Deus como criador e, por isso, pode ser considerada destrutiva e anti-humana. O quarto ponto diz que a “ideologia de gênero” é contrária ao ensino da bíblia e da antropologia cristã, além de ser baseada em hipóteses subjetivas e afirmações pseudocientíficas que não correspondem e

ignoram dados científicos objetivos da medicina, da psicologia, da antropologia e da bioética, que mostram que a diferença entre homens e mulheres é baseada em diferenças puramente biológicas e psicológicas. O quinto ponto complementa o terceiro ao dizer que a “teoria de gênero” nega a realidade antropológica de que nascem homens e mulheres e que a complementariedade dos dois sexos é o que torna possível a reprodução e o progresso da espécie. Para o Arcebispo, quando se promove ideias indefinidas de identidade de gênero, cria-se uma instabilidade que leva a conflitos entre a sexualidade corporal e a psicológica. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). O sexto ponto enuncia que as “teorias de gênero” destroem uma ideia de família como comunidade, baseada na lei divina e natural, que é formada por marido e mulher na qual as crianças nascem e são educadas. O último ponto manifesta uma indignação em relação ao que eles chamam de “ideologia de gênero”, dizendo que essas ideias levam à promiscuidade e a desmoralização da sociedade, ao passo que promovem muitas formas de identidade e de comportamento sexual que não correspondem à natureza humana.

O quarto tópico “proclamando a verdade de Cristo no contexto de uma ideologia de gênero em expansão”, continua a afirmar que a “ideologia de gênero” é promovida e disseminada de maneira silenciosa em diversos setores da sociedade.

Of particular concern is the fact that gender ideologies are not just virtual world-view systems—they are aggressively imposed on public opinion, gradually introduced in legislation, and made ever more forcefully visible in different spheres of human life, especially in education and upbringing. “If these ideas circulated only in theory, they would not go beyond the right to private opinion and the possible existence of different philosophical views. The danger lies in the fact that such anti-human theories are trying to become the ruling ideology and be put into practice, sometimes by means of international pressures on the global community.” Pope Francis states that “today a world war is being waged to destroy marriage,” referring to the theory of gender as “destructive ideological colonization.” That which was until recently considered sexual deviation is today proclaimed by gender theorists as not only normal, but as a rule of life to be followed under pain of ridicule, censure, and even punishment. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*).

Assim, esse tópico apresenta um apelo da igreja para que seus fiéis façam uma avaliação profunda e cuidadosa das questões da sexualidade, do casa-

mento e da família, não se deixando levar pela pressão social nesses campos, fazendo com que se dissemine a verdade sobre a liberdade e a dignidade humana. Ou seja, “as pessoas de boa vontade” devem proclamar que o ser humano torna-se digno por ser criado à imagem e semelhança de Deus, que a dignidade do matrimônio é estabelecida por meio da união entre um homem e uma mulher e que a harmonia da sociedade se dá a partir da complementariedade dos dois sexos. Nesse sentido, para se alcançar a verdadeira felicidade humana e a liberdade genuína deve-se imitar Cristo de modo consciente, incorporando ensinamentos de Deus na vida diária. O bom fiel deve, então, trabalhar em conjunto para defender a dignidade da pessoa humana, testemunhando os ensinamentos da Igreja, a fim de proteger o desenvolvimento da comunidade familiar e de afirmar as características e liberdades naturais concedidas por Deus.

Em resumo, segundo a carta, homens e mulheres devem aceitar sua identidade sexual, uma vez que as diferenças físicas, morais ou espirituais são orientadas para a complementariedade do casal, para o bem do matrimônio e para o florescimento da vida familiar. Para tanto, é necessário mostrar maior vigilância em relação às “teorias de gênero”, evitando a destruição ideológica da alma, da pessoa humana, da família, das crianças e dos jovens, enfim, da sociedade como um todo. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). A carta se encerra com um pedido de que os fiéis ajudem no combate a isso que eles vêm chamando de “teoria/ ideologia de gênero”. Dentre as recomendações, três se destacam:

we ask everyone, especially those working in the fields of information and education, to defend and disseminate traditional moral values regarding sexuality and the family, remembering that “nothing can justify recourse to disinformation for manipulating public opinion through the media”. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*).

we ask all who are responsible for developing educational curricula to prepare them on the basis of natural and divine law, respectful of the truth, the qualities of the heart, and the moral and spiritual dignity of man, avoiding any propaganda against sexual purity, marital fidelity, and the true identity of the human person. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*).

we call upon all people of good will, especially government officials and legislators, to be vigilant that the legislation not give way to implementing uncertain and untested concepts of human identity or family, or principles of gender education,

remembering that “the ruling authority has as its aim to serve the common good, to preserve and protect the natural and true freedom of citizens, families, and community organizations.” Legislation will only be firm and unshakable when it is based not on temporary and dubious theories, but on the natural law affirmed by divine revelation. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*).

Aqui continua a aparecer, como nos outros documentos já apresentados, a preocupação com o plano político-legislativo e a justificativa de que a “ideologia de gênero” estaria se aproveitando da falta de informação da população. Mas, além disso, essa carta escrita pelo Arcebispo apresenta duas novidades: tem um apelo mais central à questão do currículo e à questão dos sistemas de comunicação, que acabavam aparecendo de um modo mais generalizado nos outros documentos, muito provavelmente porque essa carta foi publicada em 2016 e pôde consultar fontes produzidas anteriormente, uma vez que vemos claras referências à nota da Conferência Episcopal Peruana e à exortação apostólica “*Amoris Laetitia*” do Papa Francisco.

Considerações finais

Deste modo, Michelle Perrot (2002), ao discutir as relações entre o catolicismo e a sexualidade, demonstra como a questão da sexualidade e do gênero sempre estiveram nas bases de preocupação da Igreja

A recusa de uma sexualidade ou prazer, comparados ao pecado, até mesmo ao pecado por excelência, parece a mim quase como a fundação do Cristianismo, pelo menos com os pais da Igreja, em particular Santo Agostinho e São Jerônimo, que expressavam um desgosto profundo pelo negócio carnal e seu comércio. (PERROT, 2002, p.193)

Assim, a partir desse movimento de fazer aparecer alguns elementos importantes no processo de constituição dos discursos em torno da “ideologia de gênero”, pode-se perceber que o discurso da religião cristã sobre a sexualidade não fala, de fato, sobre a sexualidade. As Cartas Encíclicas e os pronunciamentos dos Papas em torno da sexualidade humana, antes da publicação da nota da Conferência Episcopal Peruana, apresentam um discurso em torno do pecado, da cobiça, de um dom de Deus, do amor cristão, da salvação e da danação da alma. O que está presente é uma ideia de desejo que foge do imaginário do matrimônio e que ao ocupar o pensamento dos sujeitos já é

capaz de degradar a essência da alma, mesmo que esse desejo não tenha sido materializado. Ou seja, esses discursos não apresentam semelhança alguma com as falas dos médicos, dos psiquiatras, dos pedagogos, dos psicólogos, dos juristas e de outras inúmeras figuras que visavam às patologias da sexualidade e os efeitos dessas patologias na sociedade. Para Perrot (2002)

Ainda assim, a condenação do pecado da carne é reiterada, reformulada em circunstâncias diversas, com modalidades diferentes que resistem à modernidade e à ciência. O último, pelo contrário, é chamado ao resgate, para fortalecer a posição da Igreja. Os médicos católicos nos séculos XIX e XX se apoiavam na descoberta do ciclo feminino de ovulação para regular as relações conjugais que só poderiam obedecer aos ritmos “naturais.”. Assim como o ultrassom permite aos oponentes do aborto enfatizar a humanidade do feto. A sexualidade é hoje a linha Maginot de uma moral na qual João Paulo II seria o guardião, inflexível e afligido. (PERROT, 2002, p.193,194).

Isto é, por mais que seja invocada uma ideia de ciência, ela aparece apenas para ressaltar a importância de seguir as regras de Deus, para que se evite uma destruição da alma. Assim, a sexualidade é essa linha de fortificações que a Igreja construiu para manter sua posição e seus princípios morais. Deste modo, a religião não produziu um discurso científico sobre a sexualidade, mas sim um discurso sobre o corpo, sobre a carne e sobre a alma. Em outras palavras, o discurso científico sobre a sexualidade é uma herança secularizada das preocupações cristãs com a carne e o desejo. Contudo, um deslocamento pode ser percebido aqui: após a publicação da nota da Conferência Episcopal Peruana parece que, nesse e nos documentos publicados posteriormente, os discursos se fundem. As ideias cristãs do pecado, da carne, da natureza de Deus e de um desejo que escapa ao matrimônio, ainda estão presentes, porém, a biologia e a cientificidade são trazidas para o jogo não só para ressaltar a importância das regras Divinas, mas para mostrar como quem se coloca fora desse caminho é considerado um risco para a sociedade.

Assim, a partir desse contexto de emergência do que ficou conhecido como “ideologia de gênero”, fica ainda mais claro que os discursos que têm sido produzidos em torno deste tema formam-se através da junção de dois discursos distintos: o primeiro, puramente religioso, que versava sobre o corpo, a carne e o desejo e já apresentava traços da biologia para reafirmar a importância do matrimônio e da constituição de uma família; e o segundo, mais recente, que apresenta pretensões científicas, almeja uma continuidade

entre o sistema sexo-gênero-desejo e está centrado nos aspectos psicológicos e comportamentais da criança. Por mais que no Brasil essa onda ultraconservadora tenha uma maior representação dos movimentos ligados a uma vertente neopentecostal, pode-se perceber que esses movimentos atuais que se colocam em defesa da moral e dos bons costumes têm embasado seus argumentos também em princípios católicos, dizendo que a “ideologia de gênero” tem três pontos principais de ataque: 1) a família, 2) a criança e 3) a educação.

Em outras palavras, a aposta deste artigo é a de que a soma de um discurso religioso que não fala, de fato, sobre a sexualidade, com os discursos normalizadores, com pretensão de cientificidade, é o que tem formado os argumentos em torno do que ficou conhecido como “ideologia de gênero” ou “teoria de gênero” em diversos países.

Resumo: Considerando o momento político brasileiro atual e o forte enfrentamento aos temas de gênero, sexualidade e diversidade nos Planos nacional, estaduais e municipais de educação, este artigo propõe-se a buscar as condições de emergência do que tem sido chamado de “ideologia de gênero”. Nesse sentido, através de documentos eclesiais disponíveis no site da Santa Sé, pretende-se apontar alguns elementos do discurso católico que foram de extrema importância para a constituição desse movimento contrário aos estudos de gênero. Para tanto, foi necessário consultar a produção de cada Papa, do Sínodo dos Bispos, das Conferências Episcopais e do Conselho Pontifício para a Família, em busca de referências ao termo gênero e ao gênero associado à ideologia. Assim, a proposta aqui é a de pensar a sexualidade do ponto de vista político compreendendo que o discurso presente nos documentos eclesiais tem embasado os argumentos de um movimento conservador, constituído através de uma ação consciente e muito bem planejada, que tem promovido um cerceamento da linguagem no plano legislativo.

Palavras-chave: Ideologia de gênero. Catolicismo. Discurso.

Abstract: Considering the present Brazilian political moment and strong confronting to the gender, sexuality and diversity themes in national, state and local education plans, this article intends to search the emergency conditions of what has been called the “gender ideology”. In this sense, through ecclesiastical documents available on the website of Santa Sé, it is intended to point out some elements of Christian discourse that were of extreme importance for the constitution of this movement contrary to gender studies. For this purpose, it was necessary to consult the production of each Pope, of the Synod of Bishops, Episcopal Conferences and the Pontifical Council for the Family, in search of references to the term gender and to the gender associated with ideology. Thus, the proposal here is to think the sexuality from a political point of view understanding that the discourse present in the ecclesiastical documents has supported the arguments of a conservative movement. This movement was constituted through a conscious and very well planned action, which has promoted a restriction of language at the legislative level.

Keywords: Gender ideology. Catholicism. Discourse.

Referências

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. **(Des)governos**: corpo e sexualidade ou “Pânico Moral” e (des)governos do corpo e da sexualidade. Submetido à publicação, 2016.
- COELHO, Fernanda Marina Feitosa; SANTOS, Naira Pinheiro dos. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. **Religare**, v.13, n.1, julho de 2016, p.27-48.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **La ideologia de género**: *sus peligros y alcances* Lima, Peru, 1998. Disponível em: < <https://goo.gl/8vKYPc> > Acesso em: 24 Maio 17.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. **A propósito da ideologia de gênero**. Fátima, Portugal, 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/1ZEdme>> Acesso em 17 Ago 17.
- FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica pós-sinodal **Amoris Laetiti** (sobre o amor na família), 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/t8TfRU>>. Acesso em 22 Maio 17.
- JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Evangelium vitae** (Sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana). São Paulo: Loyola, 1995.
- LANGNOR, Carolina. **Novos feminismos**: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na universidade federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2017. 128 f Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.
- PAULO VI, Papa. Carta Encíclica **Humanae Vitae**. (sobre a regulação da natalidade), 1968. Disponível em: <<https://goo.gl/wBrmeU>>. Acesso em: 22 Maio 17.
- PERROT, Michelle. Église, sexe et genre : la part maudite. In: MAÎTRE, Jacques; MICHELAT, Guy (orgs.). **Religion et sexualité**. Paris: L’Harmattan, 2002. p. 193-199
- RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. ABELOVE, H.; BARALE, M.A; HALPERIN, D.M (ed) **The lesbian and gay studies reader**. New York: Routledge, 1993; p.227-254.
- SEFFNER, Fernando. **Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação**: tempos difíceis e novas arenas políticas. Reunião Científica Regional da ANPED, Curitiba, 2016.
- SVIATOSLAV SHEVCHUK, Arcebispo. **Concerning the Danger of Gender Ideology**, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/LRKfQp>> Acesso em 02 Mai 17.
- VATICANO. **Família, Matrimônio e “União de Fato”**. Conselho Pontifício para a Família, 2000. Disponível em: < <https://goo.gl/aTgZW1> > Acesso em: 02 Set. 2017.

Recebido em Agosto de 2017

Aprovado em Outubro de 2017